

Travestilidades e ditadura civil-militar brasileira.: Apontamentos de uma pesquisa

Transvestilities and civic-military dictatorship: Notes of a research

Fábio Henrique Lopes*

Resumo: A ditadura civil-militar brasileira possui uma vasta produção historiográfica. Contudo, as específicas e históricas experiências que forjaram e possibilitaram a constituição da travestilidade e das subjetividades travestis naquele período, 1964-1985, ainda carecem de estudos e reflexões. O entrecruzamento das históricas travestilidades, com os inúmeros casos de violências, repressão e censura podem evidenciar e oferecer para estudo ações da repressão política-moral-policial ainda não focalizadas. O objetivo central é oferecer apontamentos e pistas iniciais para o debate em torno das violências praticadas durante a ditadura civil-militar brasileira, destacando sua dimensão machista, misógina, homofóbica e heteronormativa, que diversificaram projetos e ações, ora homogeneizando e agrupando todos e todas em um mesmo conjunto, os considerados “opositores políticos ao regime”, ora segmentando, imprimindo nuances nas perseguições, repressão, práticas e formas de violência dirigida às travestis..

Palavras-chave: Travestilidade; subjetividade; ditadura civil-militar; gênero; sexualidade

* Professor Adjunto IV do Departamento de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ - Seropédica). Membro Permanente do Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em História - UFRRJ (Mestrado e Doutorado). Pesquisador do CNPq (Bolsa Produtividade). Doutor em História Cultural pela UNICAMP (2003); Doutorado Sanduíche com a Université Paris VII (2000/2001). Mestre em História pela UNICAMP (1998). Graduado em História pela PUC-Campinas (1994). Atua principalmente, nos seguintes temas: relações de Gênero, Masculinidades e Teorias Queer; Disciplinamento, Biopolítica e Controles Sociais;

Violência e Vulnerabilidade; Processos de Subjetivação, Subjetividades e Escritas de Si.
E-mail: lopesfh30@uol.com.br

Abstract: The Brazilian civic-military dictatorship is the subject of an extensive historiographical production. However, the historical and specific experiences that forged and enabled the constitution of transvestility and the subjectivities transvestites in that period still lack of studies and reflections. The interweaving of the historic transvestilities, with numerous cases of violence, political repression and censorship may point to highlight and offer to study the political repression and police actions have not yet focused. The main objective is to provide notes and clues to the debate around the violence practiced by the civil-military dictatorship brazilian, highlighting its patriarchal dimension, sexist, misogynist, homophobic and heteronormative that diversified projects and actions, sometimes homogenizing and grouping all in one set, the considered political opponents to the regime, now targeting, printing nuances in persecution, repression and practices and forms of violence directed at transvestite.

Keywords: Transvestilities; subjectivity; civic-military dictatorship; gender; sexuality

Considerações iniciais

Travestilidade, violências, repressão e censura são categorias que entrecruzadas e diagonalizadas permitem a principal proposta de minha investigação histórica, ainda em desenvolvimento. O conjunto formado por essas categorias, uma vez analisadas nas e a partir de suas historicidades - entendendo que seus significados e sentidos diferem historicamente, pois são específicos a determinadas condições de possibilidade -, possibilitam análises, estudos e debate ainda pouco explorados pela historiografia nacional.

Alguns poucos estudiosos - menos ainda são os historiadores -, investigam o entrecruzamento da travestilidade com a ditadura civil-militar no Brasil. Grosso modo, posso afirmar que o referido entrecruzamento aparece principalmente como parte de uma preocupação maior, aquela que busca perscrutar as relações entre as homossexualidades, sobretudo a masculina, com e na ditadura civil-militar brasileira. Entre esses/as estudiosos/as, destaque: James Green, Renan Quinalha, Benjamim Cowan, Luiz Morando, Rafael Freitas Ocanha e Rita de Cassia Colaço Rodrigues. A partir de uma abordagem interdisciplinar, as relações entre a chamada “ditadura brasileira” e as homossexualidades são focalizadas para evidenciar “as violências dirigidas contra esses grupos específicos”, bem como as “ações de resistência empreendidas por esses segmentos sociais que, ao mesmo tempo em que foram alvo privilegiado das políticas de repressão e de controle, acabaram se constituindo como atores fundamentais da redemocratização brasileira”.¹ Como bem observou Quinalha, os poucos trabalhos existentes apresentam esforço em cruzar a perseguição baseada em marcadores sociais da diferença (especificamente sexual e de gênero) e a repressão política e moral.²

Ainda a título de introdução, ressalto que levantamento bibliográfico inicial permite afirmar que História, Ciências Sociais e Ciências Jurídicas são as principais áreas do saber que oferecem reflexão sobre as específicas e históricas relações entre ditadura e homossexualidades no Brasil. Contextos políticos, institucionais, sociais e culturais são evidenciados, mapeados e articulados para produzir respostas a uma gama variada de objetivos. O ponto de articulação é, grosso modo, a constituição histórica das identidades do segmento LGBT e a formação do chamado movimento gay no Brasil, sobretudo em duas cidades: São Paulo e no Rio de Janeiro. Nenhum/a pesquisador/a privilegiou, em conjunto, as experiências em torno das violências, da repressão e da censura para analisar como as travestis constituem ou constituíram para si novas subjetividades, novas relações de si para consigo ao longo de um período marcado pela violência do Estado, pela truculenta ação do aparato de repressão política e policial, pelas violações aos direitos humanos, pela censura política e moral, pelas ações e projetos de caça às prostitutas (mulheres e travestis) em defesa da moral pública, das rondas policiais e as prisões arbitrárias em nome

dos bons costumes da “família tradicional brasileira”.

Ao mesmo tempo, o mapeamento bibliográfico acima indica vasta produção historiográfica sobre as violências, torturas, mortes e resistências que afetaram e modificaram a vida, as subjetividades de diversas mulheres brasileiras. Nesses trabalhos a especificidade das violências praticadas contra as mulheres ao longo da ditadura militar brasileira é identificada, analisada e explorada. Susel Oliveira Rosa, Margareth Rago, Céli Pinto, Cristina Wolff, Ana Maria Colling são pesquisadoras que exploram não só o trágico, as perseguições, os assassinatos, o hediondo e as torturas, mas também a participação das mulheres nos movimentos de resistência, a elaboração de modos singulares de existência, de subjetividades subversivas e de um devir revolucionário feminino, as lutas feministas pela redemocratização.³

Em certo sentido, nas brechas possibilitadas pelas pesquisadoras acima, o desafio é analisar e debater, em pesquisa que está em sua fase inicial, diferentes e específicas facetas das violações dos direitos cometidos contra as travestis que viviam no Rio de Janeiro durante a ditadura civil-militar brasileira. Assim, parafraseando Renan Quinalha, será possível dar visibilidade a uma categoria de vítimas afetadas pela ação repressiva do Estado que fora, até pouco tempo, invisibilizada, inclusive pelos trabalhos acadêmicos, em um período marcado pela repressão política e moral.⁴

Constituindo um problema de pesquisa

O ponto de partida é a compreensão de que a violência contra as travestis não é fenômeno natural e universal. No lugar disso, ela tem historicidades; seus significados são datados; tem determinadas condições de possibilidade. Com isso afirmo que a perseguição, a hostilidade, a violência e a abjeção contra as travestis no Brasil não é produto exclusivo do período balizado pela chamada ditadura civil-militar. Parafraseando a historiadora Rita Rodrigues, posso asseverar que tais práticas não se iniciaram com o regime de exceção, tampouco se extinguiram com a redemocratização.⁵ Porém, como parte da problemática e como hipótese inicial de minha pesquisa, há especificidade histórica nas violências, nas perseguições, nas hostilidades e extorsões direcionadas às travestis, transformadas, elas também, em alvo do regime militar brasileiro ao longo das décadas de 1960 e 1980 e por uma moral baseada em valores conservadores. Como bem destacou Rita de Cassia Rodrigues, podemos “reconhecer que durante o regime de exceção houve o acirramento das práticas discriminatórias e a perseguição desse segmento populacional, embora de maneira não uniforme e sistemática como a verificada em relação aos opositores ao regime”.⁶

Na mesma direção, Renan Quinalha sugere que

além da repressão política que se abateu sobre toda a sociedade, a comunidade LGBT foi um alvo privilegiado das violências: perseguição a travestis expostas ao olhar vigilante da repressão, sobretudo nos pontos de prostituição, onde eram enquadradas nos crimes de vadiagem (por não terem emprego com registro) ou de perturbação da ordem pública; censura à imprensa, ao teatro, às artes e as outras formas de expressão que simbolizavam de forma aberta as sexualidades, muitas vezes com o respaldo do sistema de justiça; homofobia e lesbofobia institucionalizadas nos órgãos de repressão e controle... expurgos de cargos públicos... difusão, pela imprensa, do preconceito contra os 'desvios', para reforçar a ideia de degeneração dos valores morais e o estereótipo do 'inimigo interno' que justificava a repressão e agravava os preconceitos... Isso sem mencionar os casos de homofobia e de machismo, velados ou não, cometidos no interior do próprio campo da resistência à ditadura.⁷

No que diz respeito à violência contra as travestis, o primeiro desafio da pesquisa é dialogar com a bibliografia existente e, depois, explorar as fontes para identificar, ressaltar e analisar as especificidades das formas e modalidades de violências, de suas implicações e de seus desdobramentos na vida e nas experiências das travestis em um período marcado indelevelmente por comportamentos heteronormativos, machistas, patriarcais e conservadores. Mas, afinal, o que compõe isso que chamo de violência contra as travestis? Um conjunto histórico de intolerância, agressão verbal, assassinatos sádicos e de requinte em crueldade, crimes de ódio, escárnio, apedrejamento, hostilidade, constrangimento, recriminações, estigmatização, assédio moral, violências hierárquicas, marginalização, agressão e ofensas, prisões arbitrárias. Processos e repetições que cristalizam sentidos, espaços, imagens e referências, que forjam realidades e experiências, participam de processos de subjetivação.

O ponto de partida pode ser as análises já desenvolvidas e oferecidas pela produção historiográfica. De acordo com Marcelino,

A memória construída sobre os anos da ditadura, de modo geral, tende a ressaltar somente a dimensão política da censura que existia no período. Na verdade, a época é lida, como um todo, sobretudo a partir da chave política. Questões como a sexualidade e outras relacionadas ao plano comportamental, quando mencionadas, são tomadas apenas como epifenômenos de uma variante política fundamental. Assim, a história do Brasil entre 1964 e 85 tem sido reduzida a história política da ditadura militar.⁸

Vários pesquisadores que investigam a travestilidade no Brasil buscam definir o chamado “universo travesti”. Mesmo reconhecendo armadilhas e perigos de toda classificação, pesquisadores/as tentam definir o que seria o grupo, a cultura, a identidade ou o sujeito travesti. Em alguns momentos elas são pensadas dentro de um grupo maior, aquele constituído pelas “homossexualidades” ou dos chamados “transgêneros”; em outros, há o esforço em forjar categorias específicas para lidar com seu complexo universo, cito como exemplo o “transvestitismo”, ou ainda “travestimento”, não esquecendo o “travestismo”. Neste artigo, optei pela categoria travestilidade. Como indicam vários pesquisadores, o termo travestilidade, em oposição ao travestismo, contempla a imensa complexidade das formas de expressão travesti existente, considerando a heterogeneidade dos modos de ser no mundo que é configurado pela cultura travesti.⁹ Ao mesmo tempo, minha opção é uma forma histórica e política de recusar e problematizar a concepção patológica da categoria “travestismo”. Dentre estas obras, apenas a de Green e Quinalha tangenciam as travestilidades e a ditadura civil-militar brasileira como um de seus principais objetivos. Em outras obras, como a de Green, Macrae e Trevisan, encontro algumas pontuais e não articuladas referências, indícios e pistas sobre a trama central deste artigo, ou seja, travestilidade, violências, repressão política-moral e censura durante a ditadura civil militar.¹⁰ Porém reconheço a importância dessas obras pioneiras, pois a partir delas e com elas foi possível a produção de trabalhos ao longo da última década.

Já no que diz respeito à produção bibliográfica sobre a ditadura civil-militar brasileira há uma vastíssima produção, impossível de ser apresentada em artigo como esse. Destaco as produções do historiador Carlos Fico, Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti, Rodrigo Motta, Douglas Marcelino e William Martins.¹¹ Estes são pesquisadores que contribuem não só para as análises sobre os diversos ângulos, abordagens, níveis, instituições e sujeitos do período em questão, como possibilitam, mesmo indiretamente, minha proposta de pesquisa.¹²

Nessas obras, encontro leituras privilegiadas e atuais sobre as correntes historiográficas do Golpe e a ditadura. Não só um mapeamento é oferecido ao leitor, mas os prós e contras de cada leitura são apresentados e discutidos. Às vezes em conjunto, abordando três décadas (1960, 1970 e 1980), outras em análises mais pontuais, os principais focos/temas estudados são: a organização de um regime de exceção, a repressão (sobretudo após o AI-5), o controle, as espionagens, a censura (as diferentes modalidades de censura exercidas pelo regime), a propaganda política, a revogação de direitos civis, a restrição de liberdades públicas, as torturas, as mortes e os desaparecimentos, as prisões arbitrárias, o anticomunismo, a dimensão da violência do Estado, o temor pelo desordenamento da moral familiar (combinando e conjugando, muitas vezes “desvio moral” com “subversão”), as tensões entre o Governo e a Igreja,

entre regime e sindicatos, os exílios, as táticas e ações do aparato policial e da máquina repressiva da ditadura, a consolidação do Estado autoritário, o arcabouço ideológico e institucional do regime, as estruturas do poder, as resistências, a luta armada, as mobilizações estudantis, os movimentos sociais emergentes, as esquerdas clandestinas, “o moralismo e os preconceitos de largos setores da sociedade brasileira de então”.¹³ As fontes são vastas, da imprensa aos depoimentos (de advogados, presos políticos, homens e mulheres presos, torturados, que viveram os cárceres da ditadura, exilados, entre eles: estudantes, intelectuais, artistas, políticos e outros opositoristas); dos documentos produzidos pelos órgãos de informação e publicações militares às obras literárias, letras de música, filmes, peças teatrais, novelas, programas de televisão; das leis, normas, portarias, regulamentos e decretos federais, estaduais e municipais aos relatórios das Comissões de Verdade.

Para os objetivos desta pesquisa é importante lembrar que no início dos anos 70 as disputas de censura “estavam circunscritas em larga medida às expressões literárias e artísticas que os militares encaravam com um desafio direto à política do regime ou à moralidade pública”.¹⁴ Porém, a censura praticada pelo Sistema Nacional de Informações (SNI), por exemplo, não era um todo homogêneo, ela tinha suas singularidades. O que estava em jogo era uma concepção de sociedade como uma unidade orgânica. Para os militares, o Estado encarnava a racionalidade e caberia às instituições organizar e controlar as diferentes esferas da vida social, objetivando o desenvolvimento econômico. Assim, toda contestação ao Estado passou a ser uma ameaça a seus fundamentos.¹⁵

De acordo com o historiador Carlos Fico, a censura já vinha sendo praticada no Brasil antes mesmo do regime militar.¹⁶ Contudo, lembro que para o autor, os militares lapidaram práticas repressoras que já vinham sendo aplicadas no Brasil em governos anteriores, pois grande parte de setores da sociedade pertencente às camadas média e alta temiam a expansão de novos valores que solapassem a moral católica conservadora até então predominante. Por isso, não é exagerado afirmar que o AI-5 foi um dos instrumentos legais perpetrados pela Ditadura Militar para conter o que eles consideravam como ‘inimigos da moral e dos bons costumes’, inclusive as travestis.

Desta maneira, os principais alvos da censura foram, além da imprensa, as atividades artísticas como o “teatro, o cinema, a tv, o circo, os bailes musicais [e] as apresentações de cantores em casas noturnas”.¹⁷ Ou seja, todas as manifestações que de alguma medida apresentassem uma ‘ameaça’ ao projeto de homogeneização da sociedade. Isso demonstra que paradoxalmente a um cenário repressivo tinha-se um projeto de instrumentalização de diversos setores da sociedade com o intuito de controlar e perscrutar a vida dos indivíduos em todos os níveis. Ainda sobre essa questão, lembro as palavras de Carlos Fico:

O que há de peculiar durante o regime militar, sobretudo após o AI-5, é que tais preconceitos foram utilizados pelos órgãos de informações para alimentar seus dossiês por meio da combinação entre “desvio moral” e “subversão”... articulação que hoje nos parece cômica, mas decorria da paranoia anticomunista e da grande preocupação com a chamada “revolução de costumes”. Drogas, liberdade sexual e até mesmo o *rock* seriam portas de entrada para o comunismo, perigo a que estariam sujeitos, sobretudo os jovens. Para os órgãos de informação, haveria ‘um círculo vicioso de prostituição, de vício e da prática sexual aberta que, fatalmente, levam à indiferença, abrindo caminho à própria subversão’.¹⁸

Se a articulação entre o “desvio moral” e a “subversão” pode ser uma chave para iniciar o estudo das maneiras utilizadas pela ditadura para dificultar os modos de vida de travestis, posso concordar com Green e Quinalha, para os quais há, de fato,

ausência de uma produção acadêmica mais profunda que se mostre capaz de analisar, como o devido cuidado, as questões relacionadas às sexualidades dissidentes e suas interações com as mudanças que marcaram o regime de 1964... o tema das sexualidades é abordado ignorando-se sua relativa autonomia dos processos mais gerais, ou, em sentido oposto, ele é discutido como se estivesse completamente desconectado da história do período.¹⁹

Sobre a travestilidade, como dito anteriormente, também temos vasta produção bibliográfica. Contudo, poucos estudos tentaram historicizar o chamado travestismo no Brasil. James Green, por exemplo, sugere como baliza inicial o final do século XIX e/ou o início do século XX, quando a prática era associada ao crime, à intervenção policial e/ou aos bailes de carnaval.²⁰ Apesar deste recuo cronológico, parece haver concordância em outra periodização, a qual propõe as décadas de 60 e de 70 do século XX como momento em que as travestis teriam conseguido visibilidade no espaço público.

No que diz respeito à bibliografia consultada, ressalto algumas tendências: a travestilidade foi abordada na fluidez das representações sociais do masculino e do feminino; as ressonâncias do feminismo da década de 1970 foram sublinhadas, pois atingira, mesmo que tangencialmente, a visibilidade das travestis.²¹ Praticamente todos/as autores/as reconheceram a complexidade

da cultura travesti, a pluralidade deste universo, de suas experiências, de seus desejos, de suas imagens e de seus conflitos.

No que diz respeito às relações e ao cruzamento da ditadura civil-militar brasileira com as homossexualidades, em primeiro plano, e com a travestilidade, indiretamente, destaco a coletânea *Ditadura e homossexualidade*, publicada em 2014. Não seria forçoso utilizar um breve trecho da apresentação da obra como síntese dos objetivos e dos resultados apresentados por todos/as os/as autores/as da coletânea: “discutir de que maneiras a ditadura dificultou tanto os modos de vida de gays e lésbicas quanto à afirmação do movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros (LGBT) no Brasil durante os anos 1960, 1970 e 1980”, focalizando “as violências dirigidas contra esses grupos específicos”, ressaltando “as ações de resistência empreendidas por esses segmentos sociais que, ao mesmo tempo em que foram alvo privilegiado das políticas de repressão e de controle, acabaram se constituindo como atores fundamentais da redemocratização brasileira”.²²

A obra acima oferece pistas para complexificarmos as redes, os procedimentos de normalização e de controle, as perseguições e as violências moldadas e ou permitidas pela repressão política e moral da ditadura. Entre tais procedimentos, por exemplo, destaco a historicidade da articulação entre imoralidade, homossexualidade e comunismo. Benjamin Cowan, por exemplo, analisa como “ideólogos conservadores e planejadores da segurança nacional igualaram homossexualidade com subversão inimiga [recorrendo] a uma tradição reacionária já presente há décadas, pelo menos desde os tempos do Integralismo”.²³ Para ele, “ativistas direitistas de envergadura nacional condenaram a homossexualidade como manifestação da subversão” a ponto de “teóricos anticomunistas e as forças de segurança começaram a demonizar a identidade gay como o complô arquitetado pelos inimigos do estado”.²⁴ Uma rede produzida por ideólogos da segurança, pelas polícias políticas e pela comunidade de informação associou e buscou naturalizar vínculos entre homossexualidade, subversão comunista e noções de inviabilidade nacional ou dissolução social, “ameaças ao estado, à sociedade e à segurança nacional, que augurariam dissolução social e, no contexto da Guerra Fria, o triunfo da subversão comunista”.²⁵ Ainda a esse respeito, Cowan conclui propondo que “quaisquer que fossem as realidades e irrealidades da cooperação entre diferentes movimentos identitários e políticos, porém, ideólogos (especialmente na ESG) e forças de segurança, viam uma conspiração nos ‘males’ amontoados de democratização e os movimentos negro, feminista, indígena e homossexual”.²⁶ Assim, foram historicamente constituídos agrupamentos de movimentos sociais (muitos deles em sua fase ainda embrionária) como focos de vigilância e suspeição por partes das forças de segurança.

Atribuições de sentidos

Direta ou indiretamente, as articulações aqui oferecidas estão relacionadas ao gênero e às sexualidades, à diferenciação, à assimetria e/ou à descontinuidade entre sexo, corpo, natureza e gênero, à constituição — social, histórica e cultural — dos masculinos e femininos, daquilo que pertenceria à esfera masculina *ou* à feminina. São possíveis porque partem do princípio de que o gênero não é natural e/ou biológico, não é de definição transcendente ou divina, tampouco trans-histórico. Pelo contrário, o gênero, suas normas, marcadores, hierarquias e identidades são constructos, são forjados, praticados e vivenciados no social, no cultural, no cotidiano e no temporal. Ao mesmo tempo, como indica Linda Nicholson, sexo não é aquilo que fica fora da cultura e da história, como uma suposta instância pré-discursiva.²⁷ Tampouco o corpo é ahistórico. Na mesma direção, convém lembrar as ponderações de Butler acerca das contribuições de Foucault. De acordo com ela, não há “sexo” do qual uma lei que vem de fora se ocupa... a regulação do “sexo” não acha nenhum sexo ali, externo à sua própria regulação; a regulação produz o objeto que vem a regular... Não há um intervalo temporal entre a produção e a regulação do sexo; elas ocorrem ao mesmo tempo, pois a regulação é sempre geradora, produzindo o objeto que ela alega apenas descobrir ou encontrar no campo social e que opera.²⁸

Como nos lembra Berenice Bento, não existe um processo específico para a constituição das identidades de gênero.²⁹ Portanto, o gênero só existe na prática, na experiência. Ainda segunda a autora, em reflexão importante para este projeto, pois remete às práticas recorrentes entre as travestis, o ato de pôr uma roupa, escolher uma cor, o uso de acessórios, o corte de cabelo, a forma de andar, enfim, a estética e a estilística corporais são atos que fazem o gênero, que visibilizam e estabilizam os corpos na ordem dicotomizada dos gêneros.

No Brasil, a produção historiográfica, desde pelo menos os anos 1990, oferece pistas para o trabalho com essa perspectiva teórica. Segundo diversos/as historiadores/as, o termo *gênero* tem sido usado para teorizar a questão da diferença sexual; permite explorar a distinção sexo/gênero; nega o caráter fixo e permanente da oposição binária (masculino *versus* feminino); evidencia as diferenças criadas e percebidas em diferentes lugares e culturas; abre espaço e fornece instrumentos para perceber que as subjetividades são históricas e não naturais; indica que as identidades não são fixas e imutáveis, mas sim múltiplas e nômades; permite examinar as maneiras pelas quais os significados de gênero variam de cultura para cultura, e como se modificam dentro de uma mesma cultura através do tempo; desnaturaliza as diferenças e denuncia as relações, estratégias e estruturas de dominação e de poder. Assim, é possível levar em conta a dimensão sexualizada ou “engendrada” (*engendered*) das práticas sociais e das experiências em torno da trama travestilidade-ditadura-

violência-repressão-censura.

Lála Morbeck

Para atingir os objetivos de minha pesquisa, ainda em desenvolvimento, constituo e privilegio três séries documentais. A primeira é formada pelas fontes orais, pelos testemunhos orais de travestis idosas que moravam na cidade do Rio de Janeiro ao longo dos anos 60 e 80 do século XX. Chamo esta primeira série documental de “narrativas e escritas de si”. A segunda série é intitulada “dizibilidades: imagens e enunciados”; ela é constituída pela discursividade da imprensa, ou seja, por jornais e revistas. Os jornais inicialmente selecionados apresentam recorrentes entrevistas, notícias, reportagens, histórias, depoimentos em torno e sobre as travestis. Por fim, a última série documental é constituída por documentos produzidos pelo aparato policial e pela máquina repressiva da ditadura civil-militar brasileira. Esta série é nomeada de “discursividade repressiva”. Grosso modo, ela é composta por documentos dos arquivos policiais e da repressão.

Para este artigo, apresento e exploro, mesmo que inicialmente, a primeira série documental (“narrativas e escritas de si”). Dessa maneira, diferente de quase todos os trabalhos sobre as travestis, o enfoque e a originalidade deste trabalho histórico é focalizar travestis consideradas social e culturalmente como velhas. Com seus depoimentos, busco investigar e historicizar os processos de subjetivação que permitiram a determinados sujeitos se constituírem, se inventarem e se moldarem como travestis ao longo da ditadura civil-militar. Às vezes rompendo com o binarismo heteronormativo e por meio dos processos de subjetivação, torna-se possível focalizar não só os discursos que fizeram da heterossexualidade o padrão e o referente natural e universal, a verdade única e ahistórica, como também as resistências e subversões dessa norma.

Se com Michel Foucault aprendemos a focalizar para análise e estudo as experiências, as constantes recriações de si, as experimentações de formas de viver, as práticas produtoras de modos de ser³⁰, opto em focalizar para este exercício de reflexão as experiências, certas práticas de constituição, alguns modos de sujeição e de relações consigo mesmo, de atividades sobre si oferecidas, instituídas e compartilhadas por Lála Morbeck.

J.A.A. hoje socialmente conhecido, nomeado e inventado como Lála Morbeck, nasceu Em Ipu, pequena cidade do interior do Ceará, em 1954. Aos 10 anos de idade, com parte de sua família, mudou-se para o Rio de Janeiro, vislumbrando, como ela mesmo diz, “um estilo de vida melhor”.³¹ Filho de um pai sapateiro, de uma mãe costureira, tendo ainda mais de quatro irmãos, J.A.A. passou os três primeiros anos no Morro Dona Marta, zona sul do Rio de Janeiro, mudando-se, em seguida, para Cascadura, zona norte e subúrbio.

Sobre essas experiências iniciais, e com certa emoção no tom da voz, lembra as diferenças entre a infância em Ipu, daquela constituída no Rio de Janeiro:

[...] Uma cidade de interior, ah, eles xingam a gente, chamam a gente de mariquinha e muitas coisas, querem brigar, matar. Aqui não, é diferente, neh, o tratamento é outro, porque é uma cidade, que já tem formação cultural diferente.

Frequentou os primeiros anos do ensino formal, mas abandonou ainda muito cedo estudos, abandono atribuído não só à necessidade de se dedicar à costura, ajudando assim a família, como também às recorrentes violências cotidianas sofridas no espaço escolar. Ao longo de sua juventude, sempre trabalhou no ramo da moda, em convecções, como ela diz, “com carteira assinada”. Foi nesta fase de sua vida que J.A.A. teve os primeiros contatos com o “universo travesti”:

[...] Ah eu lembro que eu era menor, ainda né, mas eu descia o morro, vinha aqui pra (...) assistir o baile dos enxutos, entendeu?

A gente ia muito lá pra ficar vendo. Eu, no meu caso, eu não podia entrar ainda né, mas logo, depois de uns quatro, cinco anos depois, eu já tava no baile também. Logo com dezoito anos de idade passei já a maior idade, eu já frequentava boate de travestis.

A primeira experiência de se travestir foi compartilhada por amigos, que, de certa forma, ajudaram e favoreceram a nova invenção de si, agora conjuga por adereços, vestimentas e signos social e historicamente reconhecidos como femininos:

[Pesquisador]: E como foi?

[Lalá]: Ah, para ir em festinhas, fui na casa de amigos, essas coisas...

[Pesquisador]: E você tinha amigos que se travestiam também?

[Lalá]: Ah já.

[Pesquisador]: E tem contato com eles ainda hoje, ou não mais?

[Lalá]: Alguns né, a maioria já morreu.

[Pesquisador]: E quando você começou a tomar hormônios? Você tinha quantos anos?

[Lalá]: Ah eu devia ter uns 17, 18 anos.

[Pesquisador]: E quem indicou medicamento? Como você descobriu que hormônio tomar?

[Lalá]: Ah, aí no caso, entrava a Rogéria, entendeu, a Jane que tomava. A gente se conheceu no baile dos enxutos, então ela tinha os peitos salientes, aí a gente perguntava e falava, depois que elas colocaram prótese né... que a Rogéria é natural até hoje... a Jane não, a Jane já colocou peito.

O Baile dos Enxutos³² não foi apenas um reconhecido evento do carnaval carioca e de concurso de fantasias, funcionou como espaço de sociabilidade, possibilidade de invenção de redes de amizades e de solidariedade, em um momento em que experiências com o corpo, com a produção de um determinado feminino, para além da “inversão de indumentária”, tornara-se recorrente, não só na vida de Lalá, como de outras jovens travestis. Vale lembrar que, de acordo com James Green, nos anos 50 e 60, a palavra travesti significava unicamente um homem vestido com roupa de mulher³³, sem denotar, de fato, uma subversão, esgarçamento ou paródia das identidades, das noções e das regras tradicionais de gênero. No caso de Lalá, o Baile dos Enxutos permitiu novas experiências, não só consigo mesma, pois novas amizades foram forjadas, encontros amorosos e sexuais foram facilitados, visibilidades foram produzidas, possibilidades de se constituir a partir de um referencial histórica de feminino foram compartilhadas, projetos de atuação sobre si esboçados e colocados em prática.

Lalá reforça a importância dos amigos, das experiências compartilhadas, da ajuda mútua nas experimentações de si:

[Pesquisador]: Agora me fale das amizades...

[Lalá]: Eu tive apoio dos meus amigos sim, são vários... Como eu te falei, vários já, já tão no andar de cima né... a idade, também a doença, os assassinatos também que teve, entendeu? Então a gente morava aqui na cidade, às vezes eu ficava aqui na cidade na casa deles, me arrumava, ia pras boates, era muito bom, uma época muito boa, apesar que a polícia corria muito atrás da gente.

Ao falar diretamente sobre a amizade, Lalá traz à tona, pela primeira vez, a perseguição policial. De acordo com James Green, mesmo antes da Ditadura o governo impunha restrições ao Baile dos Enxutos, alegando evitar “reações hostis de pessoas que desaprovavam homens travestidos”. O que se percebe, ainda na esteira aberta por Green, é que recorrentemente, sobretudo durante

o carnaval, a polícia fazia prisões, e as travestis eram um alvo preferencial.³⁴ Mas não é esse tipo de violência e perseguição que Lalá se refere, ou melhor, não se trata apenas de perseguições, hostilidades e prisões promovidas durante as exposições públicas nos bailes de carnaval, mas de uma outra, estendida para o cotidiano, não se limitando às festas do carnaval.

Ao mesmo tempo em que uma nova configuração política e moral se organizava, o travestismo em público, como sugere Green, tornou-se muito mais comum em qualquer época do ano:

Enquanto na década de 1960 os travestis podiam ser vistos apenas durante o carnaval ou nos espaços fechados dos clubes gays e dos shows de travestis, os anos 70 assistiram a uma proliferação acelerada de travestis pelas calçadas do Rio, de São Paulo e de outras cidades grandes, vendendo o corpo em troca de dinheiro.³⁵

Paradigmas históricos de feminilidade e de masculinidade foram ajustados, articulados e ampliados em espetáculos teatrais, programas de televisão, como também no cotidiano de determinadas ruas e avenidas do Rio de Janeiro e de São Paulo. Paralelamente à nova visibilidade, perseguições, censuras, prisões e violências tornaram-se mais presentes, sobretudo após 1968. Como nos lembra Green, “a reação da polícia veio de forma de periódicas prisões em massa”.³⁶

Luiz Morando fornece pistas para pensar e para comparar a atuação das polícias civil e militar ao focalizar a repressão a gays e travestis em Belo Horizonte.³⁷ O autor parte de um conjunto variado de dados selecionados na imprensa mineira para denunciar e analisar a força policial por meio dos constantes monitoramentos, batidas e rondas em espaços públicos e/ou privados. Uma das principais contribuições desse estudo, que pode ser útil a esta pesquisa, é a apresentação das históricas possibilidades de nomear aqueles que são definidos e se definem como travestis. Segundo o autor, as formas mais recorrentes de identificá-los, nomeá-los, interpelá-los são: invertidos, travestis (substantivo apenas usado no gênero masculino) e bonecas. Como parto do princípio que nomear é atribuir sentido, estarei atento e investigarei como tais práticas se constituíram no Rio de Janeiro, ao longo do período privilegiado para a pesquisa. Ainda se destaca das reflexões de Morando os constantes apelos à moralização, inclusive por parte da sociedade civil, a relação direta entre a ideologia conservadora de vigilância e a repressão aos costumes³⁸, as estratégias de ligar as travestis à criminalidade, por meio de batidas e blitzes policiais que visavam a detenção dos “homens de batom e pó de arroz”, pois segundo as fontes consultadas, ameaçavam os bons costumes, fazendo o *trottoir*. Assim, as travestis foram alocadas historicamente no grupo dos desviantes: ladrões, vadios, mulheres do *trottoir*, maconheiros, aliciadores de menores,

estupradores, viciados, homicidas, todos pertencentes à marginalia.³⁹ Várias travestis, independentemente de suas atividades laborais, muitas inclusive com carteira assinada, expressão que comprovava vínculo empregatício tradicional, foram presas ao longo da ditadura.

Ainda sobre essa questão, três trabalhos não podem se esquecer. O primeiro, de Rafael Ocanha, privilegia as rondas policiais de combate à homossexualidade na cidade de São Paulo (1976-1982) para complexificar a relação de repressão e resistência entre os segmentos de LGBT e o Estado brasileiro.⁴⁰ O aprimoramento do policiamento ostensivo, as operações de “rondão contra a presença de LGBTs no espaço público da rua”, as prisões temporárias, justificadas pelo argumento de “averiguações”, a caça dos “elementos tidos como suspeitos” conformam historicamente projetos e ações. Segundo Ocanha, “a subjetividade da aplicação da contravenção penal de vadiagem fazia com que estereótipos como os de travestis, gays e lésbicas tornassem alvos preferenciais da polícia”⁴¹, reforçando ainda mais o argumento de que a ditadura dificultou os modos de vida de gays, lésbicas e travestis. Ainda sobre essa questão, o autor ressalta como as travestis foram os principais alvos da polícia paulistana, reforçando o preconceito de que todas as travestis vivessem em situação de prostituição, ligadas à criminalidade, à desordem, aos vícios. Por isso, a força policial se valendo do autoritarismo das políticas de segurança e da defesa dos bons costumes utilizou largamente o argumento da prostituição para justificar agressões, insultos e prisões arbitrárias.⁴²

Por fim, devo fazer referência a dois trabalhos de Rita de Cassia Rodrigues.⁴³ Neles, a historiadora busca perscrutar traços autoritários e moralistas de agentes do estado, de diversos órgãos e instituições, em alguns casos atuando por solicitação expressa de setores da própria população, que tomam como alvos preferenciais de ações violentas e repressivas uma ampla e diversa gama de cidadãos, inclusive travestis. Segundo ela, tudo o que se desviasse da visão de mundo hegemônica era passível de tornar-se alvo de prisão, tortura e, até, desaparecimento.⁴⁴ Dara as metas desta proposta, resalto as análises em torno das ações repressivas por parte do regime, as demandas populares por mais censura, o controle e as modalidades de censura daquilo que pudesse violar uma suposta moral da família brasileira, por meio de práticas de atos atentatórios à moral e aos bons costumes. Segundo a autora, “esse projeto conservador de nação, porém, não estava desconectado da cultura nacional. Ao contrário. Era a expressão viva da concepção de mundo de parte considerável da população brasileira, expressa através das marchas da *Família com Deus pela Liberdade*, dos ativismos da *Liga das Senhoras Católicas* e das constantes correspondências enviadas de todo o país aos órgãos de censura, cobrando maior rigor, servindo como justificativa e legitimação tanto do Golpe como das ações repressoras da DCDP”.⁴⁵

Este é o jogo e esta é a trama que ofereço e que busco analisar. Prisões

e repressões arbitrárias, uma gama variada de censura, hostilidade, extorsões e violência parece ter sido direcionadas a gays, lésbicas e travestis. Nas palavras de Paulo Sergio Pinheiro, “atitudes homofóbicas e transfóbicas combinam-se na ditadura e ainda agora com a falta de proteção legal efetiva contra a discriminação com base em orientação sexual e identidade de gênero, expondo pessoas LGBT de todas as idades a graves violações de direitos humanos”.⁴⁶ São essas atitudes, projetos, ações, propostas, perseguições que busco, em pesquisa ainda em fase inicial, identificar, dar visibilidade e historicizar, assumindo, como ponto de partida, a existência de violências contra pessoas LGBT durante a ditadura civil-militar brasileira e tentando responder ao desafio colocado por Quinalha: “Como dar conta da particularidade da repressão moral, além da repressão política do autoritarismo, que o movimento LGBT sofreu no Brasil?”⁴⁷

Se como bem notou Green, a prostituição em si não era considerada crime no Brasil, a polícia justificava diversas prisões acusando seus praticantes de “vadiagem, perturbação da ordem pública ou prática de atos obscenos em público”:

Os travestis detidos deviam provar que tinham emprego remunerado. Se não pudessem apresentar documentos devidamente assinados por alguma empresa, estabelecimento comercial ou qualquer empregador legítimo, tinham trinta dias para conseguir um emprego. Se fossem presos novamente sem ter preenchido esse requisito, ficavam sujeitos a até três meses de prisão... Os travestis que estivessem legalmente registrados e empregados, mas que ainda assim atuassem na prostituição em meio período, também poderiam ser acusados de atentado ao pudor ou perturbação da ordem pública.⁴⁸

Essas práticas precisam ser melhor exploradas, para se investigar e analisar as experiências constituintes de subjetividades travestis durante a ditadura civil-militar brasileira. O desafio maior é explorar como as experiências em torno das violências, da repressão política-moral e pela censura praticadas contra as travestis permitiram a produção de novas subjetividades para as travestis que moravam na cidade do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, indagar como as restrições de direitos, juntamente com os diversos casos e modalidades de violência, em conjunto, afetaram históricos modos de vida e subjetividades travestis.

Lalá Morbeck, e outras travestis até agora entrevistadas, sugerem e apresentam pistas para análise:

[Pesquisador]: Deixa eu te perguntar, com era sua relação

com a polícia?

[Lalá]: Eu também, muito presa. Eles não podia ver a gente na rua, quando eles conheciam, eles pnhavam logo e prendiam logo.

[Pesquisador]: E eles batiam em vocês?

[Lalá]: Não. Eu não cheguei a apanhar não, mas já cheguei a ficar 3 meses preso, entendeu? Tudo isso.

[Pesquisador]: O que eles alegavam para prender você, por exemplo?

[Lalá]: Ah, chamava a gente de pederasta, vagabundo e tratava de vadiagem na gente, porque não trabalhava, isso que eu te falava, a gente vestido de mulher, é raro isso, uma empresa que dá emprego a um travesti, certo? Aí a gente era obrigado né, andar nas ruas, essas coisas.

O trecho acima é importante e deve ser melhor explorado. Em primeiro lugar, reforça um dos argumentos apresentados por James Green, durante a ditadura militar, sobretudo pós-AI-5, promoveu prisões arbitrárias, justificadas pelo recurso legal de “vadiagem”. Mesmo tendo carteira assinada, Lalá foi presa várias vezes, chegando ficar detida por três meses. Ao mesmo tempo, como a própria Lalá reforça, a polícia já conhecia, e bem, os pontos, as esquinas, as ruas da cidade onde a “vadiagem” e os “vadios” se encontravam. Conhecer bem esses espaços, não só particulares como públicos, facilitou a ação policial e repressiva. O esquadrinhamento também fora facilitado pela nova e histórica visibilidade das travestis. Como já destacado, a partir da década de 1960, cidades como São Paulo e Rio de Janeiro passaram a conviver com a presença de travestis, as quais se faziam presentes não apenas nos bailes de carnaval. Mas essas novas performances, essas novas invenções de si, esses outros modos de vida que forjaram subjetividades travestis impuseram batalhas até então não travadas. Como Lalá insiste, novos enfrentamentos e dificuldades surgiram quando novas imagens e experiências corporais começaram a embaralhar as naturalizadas referências de masculinidade e feminilidade, de normalidade e de desvio. Dificuldade historicamente encontrada na busca por um “emprego de carteira assinada” sugere a particularidade histórica daquelas que ousaram subverter a norma do gênero. O uso de hormônios femininos, depois a aplicação de silicones, ajudou a minimizar ou apagar as marcas do hormônio masculino na produção de novas subjetividades, agora femininas. A feminilidade desejada, buscada e produzida não só pelo recurso de vestimentas e acessórios do “sexo oposto”, foram históricas estratégias e modos de invenções de si. Ao mesmo tempo, essa nova visibilidade cotidiana travesti foi respondida por novas violências, exclusões e hierarquias, inclusive institucionais, materializadas, por exemplo, pela dificuldade em se conseguir emprego. Argumento que as travestis pioneiras na mudança do corpo, na produção de um corpo considerado feminino

foram as primeiras a passar por experiências de exclusão, hostilidade e violência por produzirem novas feminilidades. Por fim, cabe destacar a violência policial. De princípio, Lalá nega ter sido vítima de agressão policial, não atribuindo às prisões esse sentido, não reconhecendo a arbitrariedade das constates blitzes, das rondas policiais e do encarceramento. No entanto, em seguida, ela lembra:

[Pesquisador]: E você, é, sofreu algum tipo de violência física por estar travestida, ou nunca?

[Lalá]: Ah já. Uma vez a polícia pegou a minha turma lá de Cascadura e encheu o camburão. Eramos cinco mais ou menos, hummm 18, 13 hummm E a polícia pegou a gente e levou a gente lá pra Jacarepaguá num matagal. Eu jurei que a gente ia morrer aquele dia. Aí chegou lá, eles abusaram da gente.

[Pesquisador]: Sexualmente?

[Lalá]: É... fez a gente fazer sexo entre os amigos, brincando com as armas, assim, apontavam...

[Pesquisador]: Em que ano foi isso?

[Lalá]: Isso foi, olha, em 76 mais ou menos...

Lalá faz uma clara diferenciação entre violência física - na qual inclui todos os tipos de abuso sexual – e aquelas outras modalidades de violência, como as verbais e psicológicas, às vezes mais sutis, mas também cotidianas, que participam dos processos de subjetivação, que articulam abjeção, hostilidade e ódio no cotidiano marcado pela censura, perseguição, prisões e torturas promovidas pela Ditadura. Lembra o medo, a dor, a angústia de ser colocada à força num camburão. Juntamente com amigas, compartilhou o desespero e a certeza da morte. Em localidade afastada do centro urbano, longe de testemunhas, foi obrigada, com arma direcionada à cabeça - como evidenciou em gesto não registrado pelo áudio da entrevista -, a fazer sexo não só com os policiais, mas com suas amigas. Meio constrangida, com olhar direcionado para baixo, confessa ter sido vítima de estupro. O corpo moldado em um histórico modelo de feminino e de feminilidade, transformado em corpo-travesti, corpo sexualizado à última potência, fora violentado duas vezes. Primeiro, pelo poder, pela hierarquia, pela vingança e pela violência masculina e machista dos policiais, violência essa hoje nomeada de transfóbica. Em seguida, outra modalidade de violência, a de ser obrigada, correndo o risco de ser assassinada, fazer sexo com as amigas, para gozo e deleite da plateia sádica, masculina e policial. Experiências ainda pouco denunciadas. Violências e perseguições que podem ser entendidas como “formas de captura de corpos”, muitas vezes em nome da proteção de normas sexuais, morais e de gênero, cristalizadas como o normal, o referente e a referência. Corpos que deixavam de servir e

de remeter à ideia de uma coerência masculina ou feminina e que talvez por isso precisava e devia ser violentado.

Hoje, dispomos de denúncias e análises históricas que revelam as estratégias e práticas da repressão e violência contra o corpo das mulheres durante a Ditadura. De acordo Susel Rosa, “desde o momento da prisão até o horror da sala de torturas, [as mulheres] estavam nas mãos de agentes masculinos fieis às performances de gênero, que utilizavam a diferença como uma forma a mais para atingir as mulheres”.⁴⁹ Agora, o que nos cabe é perguntar, nas pistas oferecidas por Lalá e pela historiografia feminina e feminista, quais as violências e performances de gêneros que foram praticadas e utilizadas contra as travestis, sujeitos que naquele momento inventam novos modos de vida, às vezes embaralhando e confundindo o que se desejava natural: a heterossexualidade. Várias questões ainda não foram respondidas: o que se queria preservar com as perseguições, com as violências (não só as físicas) e as prisões de travestis? Que simetria gênero-sexo-corpo-desejo-subjetividade-política se buscava cristalizar e naturalizar? Que efeitos políticos e subversivos foram forjados por aquelas que durante a repressão política e moral da ditadura ousaram produzir novas identidades, novos modos de ser, outras experiências consigo, (auto)nomeadas “travestis”? Historicamente, quais hierarquias de gênero e entre as sexualidades foram delimitadas pelos poderes coercitivo e repressivo da ditadura militar? Quais os lugares, as relações e as formas de atuação de resistência às violências (política, policial e moral) esboçadas e experimentadas pelas travestis? Questões para debate e pesquisa.

NOTAS

1 GREEN, James N; QUINALHA, Renan (orgs.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EdUFSCAR, 2014.

2 QUINALHA, Renan. A questão LGBT no trabalho de memória e justiça após a ditadura brasileira. In: GREEN, James N. QUINALHA, Renan (orgs.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EdUFSCAR, 2014, p. 249.

3 Ver: ROSA, Susel Oliveira Rosa. *Mulheres, ditaduras e memórias: “Não imagine que precise ser triste para ser militante”*. São Paulo: Intermeios, Fapesp, 2013. RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2013. PINTO, Céli. O novo feminismo nasce na ditadura. In: _____. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. WOLFF, Cristina. WOLFF, Cristina S. Jogos de gênero na luta da esquerda armada no Brasil. In: WOLFF, Cristina Scheibe, FÁVERI, Marlene de, RAMOS, Tânia R. Oliveira (Org.). *Leituras em rede: gênero e preconceito*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007, p. 95-111. COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

4 QUINALHA, Renan, op. cit, p. 248.

5 RODRIGUES, Rita de Cássia Colaço. De Denner a Chrysóstomo, a repressão invisibilizada. In: GREEN, James N. QUINALHA, Renan (orgs.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EdUFSCAR, 2014, p. 219.

6 Idem, p. 238).

7 QUINALHA, Renan, op. cit, p. 248 e 249.

8 MARCELINO, Douglas. *Subversivos e Pornográficos*. Censura de livros e diversões públicas nos anos 1970. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011, p.22.

9 Ver: GREEN; QUINALHA, op. cit, 2014; VENCATO, Anna Paula. *Fervendo com as drags: corporalidade e performances de drag queens em territórios gays da Ilha de Santa Catarina*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). UFSC, 2002; SILVA, Hélio R. S. *Certas Cariocas*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/RioArte, 1996. _____. *Travesti: a invenção do feminino*. Rio de Janeiro: relume-Dumará, 1993; ARAUJO JR. José Carlos. *A Metamorfose Encarnada: Travestimento em Londrina (1970-1980)*. 2006. 123f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas/SP; GREEN, James. *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora Unesp, 2000; BORBA, Rodrigo. Narrativas orais e (trans)masculinidade: (re)construções da travestilidade (algumas reflexões iniciais). *Bagoas*. n. 06, 2011, p. 181-210; SIQUEIRA, Mônica Soares. *Sou Senhora*. Um estudo antropológico sobre travestis na velhice. 2004. 156f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina. _____. *Arrasando Horrores! Uma etnografia das memórias, formas de sociabilidade e itinerários urbanos de travestis das antigas*. 2009. 494f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina; PERES, Wiliam. Travestis: subjetividades em construção permanente. In: UZIEL, Anna; RIOS, Luís; PARKER, Richard (org.). *Construções da sexualidade: gênero, identidade e comportamento em tempos de AIDS*. Rio de Janeiro: Pallas, 2004, p. 115-128.

10 Ver: GREEN, James. op. cit., 2000; MACRAE, Edward. *A construção da igualdade. Identidade sexual e política no Brasil da “abertura”*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1990; TREVISAN, João Silvério. *Devassos no Paraíso*. 5 ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

11 Ver: FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar*. RJ: Record, 2001; _____. “Prezada Censura: cartas ao regime militar. *Topoi*, Revista de História. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 3, n. 5, p. 251-286, set. 2002; _____. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia De Almeida Neves.(orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. RJ: Civilização Brasileira, 2003. p. 167-205; _____. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004; _____. Prefácio. In: GREEN, James N. QUINALHA, Renan (orgs.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EdUFSCAR, 2014, p. 13-16. FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula; GRIN, Mônica. *Violência na História: memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo P. Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar – 40 anos depois (1964- 2004)*. Bauru: EdUSC, 2004; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo P. Sá (orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. 1ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014; RIDENTI, Marcelo; TELES, Janaína; IOKOI, Zilda (orgs.). *Intolerância e resistência: testemunhos da repressão política no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: FFLCH/USP, 2011; _____. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia De Almeida Neves.(orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. RJ: Civilização Brasileira, 2003. p.133-166.; MARCELINO, Douglas Marcelino, op. cit. 2011; MARTINS, William de Souza Nunes Martins. *Produzindo no escuro: políticas para a indústria cinematográfica e o papel da censura (1964-1988)*. 2009. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

12 Agradeço às contribuições de Natanael de Freitas Silva, pesquisador que estuda as relações entre a Ditadura Brasileira e as experiências masculinas do grupo Dzi Croquettes.

13 FICO, Carlos. op. cit, 2014, p. 16.

14 GREEN, James. op. cit., 2000, p.399.

15 ORTIZ, Renato. Revisitando o tempo dos militares.In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo P. Sá (orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. 1ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.p.120.

16 FICO, Carlos. op. cit., 2003, p.187-188.

17 Idem, p. 189.

18 FICO, Carlos, op. cit., 2014, p. 15.

19 GREEN James; QUINALHA, Renan. op. cit. 2014, p. 19.

20 GREEN, James. op. cit., 2000.

21 Ver: SILVA, op. cit., 1993 e 1996; MACRAE, op. cit., 1990; GREEN, op. cit., 200; SIQUEIRA, op. cit. 2004.

22 GREEN; QUINALHA, op. cit., p. 11.

23 COWAN, Benjamin. Homossexualidade, ideologia e ‘subversão’ no Regime Militar. In: GREEN, James N. QUINALHA, Renan (orgs.). *Ditadura e homossexualidades: repressão,*

resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCAR, 2014, p. 28.

24 Idem, p. 29.

25 Idem p. 29, 30.

26 Idem, p. 45.

27 NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Estudos Feministas*. v 2. Florianópolis, UFSC, 2000, p. 10.

28 BUTLER, Judith. Inversões sexuais. In: PASSOS, Izabel C. Friche (org.). *Poder, normalização e violência: incursões foucaultianas para a atualidade*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 96.

29 BENTO, Berenice Alves de Melo. Da transexualidade oficial às transexualidades. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio (orgs.). *Sexualidade e Sabres: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 144.

30 FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Tradução Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: Nau Ed., 1999; _____. *Dits et écrits IV*. Paris: Gallimard, 1996; _____. *A Ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996; _____. *História da Sexualidade I: A Vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. *História da Sexualidade, 3: o cuidado de si*. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985; _____. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

31 Entrevista ao autor em 10/10/2012.

32 Sobre o Baile dos Enxutos, ver: GREEN, James, op. cit. 2000, p. 360.

33 Ver: GREEN, James, op. cit. 2000, p. 384.

34 GREEN, James, op. cit. 2000, p p., 362-363.

35 Idem, p. 379.

36 Ibidem, p. 396-397.

37 MORANDO, Luiz. Por baixo dos panos. Repressão a gays e travestis em Belo Horizonte (1963-1969). IN: GREEN, James N. QUINALHA, Renan (orgs.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EdUFSCAR, 2014, p. 53 – 81.

38 Idem, p. 57.

39 Idem, p. 71-79.

40 OCANHA, Rafael Freitas. As rondas policiais de combate à homossexualidade na cidade de São Paulo (1976 – 1982). In: GREEN, James N. QUINALHA, Renan (orgs.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EdUFSCAR, 2014, p. 149 – 175.

41 Idem, p. 151.

42 Idem, p. 154.

43 RODRIGUES, Rita de Cassia. op. cit. 2012 e 2014.

44 Idem, 2014, p. 202.

45 Idem, 2014, p. 210.

46 PINHEIRO, Paulo Sérgio. Falas de autoridades na audiência pública “Ditadura e homossexualidade” na Comissão da Verdade. In: GREEN, James N. QUINALHA, Renan (orgs.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EdUFSCAR, 2014, p. 321.

47 QUINHALHA, op. cit., 2014, p. 250.

48 GREEN, op. cit., 2000, p. 404.

49 ROSA, Susel, op. Cit., p. 59.

Artigo recebido em abril de 2016. Aceito em julho de 2016.